

Rodrigo Otávio Santana de Jesus

Conjunto Residencial da Lagoinha: O Impacto da Construção de um Hof na Capital Mineira

Resumo

Esta comunicação tem como objetivo analisar os impactos causados pelo CR da Lagoinha, levando-se em consideração a renovação tipológica do projeto, do processo construtivo, da implantação urbanística, dos programas habitacionais e dos modos de morar dentro do contexto da cidade de Belo Horizonte.

Introdução

Parte da habitação social produzida a partir da década de 30/40 no Brasil, sofreu uma influência direta do que vinha sendo discutido internacionalmente e das realizações dos países europeus governados pela social-democracia, como os Siedlungen na Alemanha no período entre guerras e os Höfe vienenses.

O déficit habitacional acumulado e a reconstrução da Europa no primeiro pós-guerra geraram uma determinada escala de trabalho que só foi possível ser enfrentada pelo Estado, que passou a ser o grande cliente dos arquitetos. Estes, por sua vez, passaram a ser requisitados para projetar conjuntos habitacionais, bairros, bem como para elaborar legislação urbanística e de cidades que lhes permitiram inovar, tanto funcional quanto plasticamente, em relação as soluções arquitetônicas e urbanísticas utilizadas na época.

A criação dos CIAM - Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna em 1928, marcou a vontade dos arquitetos modernos em criar e estipular novas regras, com o intuito de combater o déficit habitacional existente, as quais iriam refletir diretamente no modo de morar e na transformação da sociedade, pois esta teria de se adaptar ao modo moderno de viver, ao mundo das máquinas e das indústrias. Surgiu então, uma nova atitude que estava preocupada com o barateamento e a produção em larga escala das construções que poderia ser alcançada através da racionalização, industrialização e verticalização.

Baratear o custo da produção da moradia, bem como dos materiais de construção passou a ser um papel fundamental dos técnicos, principalmente os engenheiros e arquitetos. Estes passaram a discutir a racionalização da construção, a simplificação dos sistemas construtivos, a standardização das unidades, normatização de materiais, a redução do padrão de acabamento, bem como o combate à especulação imobiliária. Os arquitetos modernos ficavam perplexos com a lentidão da adaptação do setor da construção civil com a era industrial (Giedion, 1929).

Os 2º e 3º CIAM, realizados em Frankfurt e Bruxelas respectivamente, debateram maneiras de solucionar o problema da habitação que vinha aumentando gradativamente com o processo de industrialização e urbanização. No 2º CIAM, especificamente, foi discutida a questão da habitação econômica levando-se em consideração o espaço mínimo para se viver com uma certa dignidade. Foram apresentados estudos, baseados na célula individual, que tentavam otimizar ao máximo o espaço a fim de produzir uma moradia racional, sem desperdício de espaço e o mais barata possível, tornando-se assim viável aos operários. "Necesitamos viviendas suficientes en número y en calidad, que satisfasan las necesidades de las masas, de los que buscan viviendas con pocos medios. Necesitamos viviendas para el mínimo nivel de vida" (May, 1929:108). Já no 3º CIAM, buscou-se solucionar as tipologias dos edifícios (baixos, médios e altos) onde se localizariam as células individuais.

A massificação da arquitetura, sempre articulada com o urbanismo, possibilitaria melhores condições de vida aos trabalhadores, bem como um modo moderno de se morar. Os projetos de habitação passaram a incluir uma gama variada de equipamentos coletivos, difundindo-se a concepção de que habitação não podia ser apenas a moradia individual. Os arquitetos modernos, além de projetar grandes espaços coletivos providos de um variado número de equipamentos comunitários que tornaria o conjunto residencial praticamente auto-suficiente, também propunham que as funções domésticas fossem transferidas do espaço privado para os equipamentos sociais e comunitários, como as lavanderias, creches, salas de reunião, entre outros, o que implicava em uma mudança do modo de morar da família.

No Brasil, a era Vargas marcou o início da produção da habitação social pelo poder público. O governo passou a intervir em todos os aspectos da vida econômica no país, inclusive na habitação. Getúlio Vargas instituiu as Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) constituindo-se no primeiro órgão de caráter nacional a produzir um número significativo de habitação social. Também, em 1942 foi decretada a Lei do Inquilinato que congelou o valor dos aluguéis e proibiu o despejo injustificado e, finalmente, em 1946, foi implantada a Fundação da Casa Popular, que passou a ser a primeira instituição voltada somente para enfrentar o problema da moradia no Brasil.

A partir de 1930, teve início o processo de transição de uma economia basicamente agrária exportadora para urbano industrial no país. A população brasileira passou de 30 a 40 milhões no período de 1930 a 1940 e o estado passou a ser, definitivamente, um elemento fundamental,

central na sociedade brasileira e todas as questões econômicas tornaram-se preocupação deste poder público que visava ao desenvolvimento nacional.

Com a revolução de 1930 abriram-se novas perspectivas para o país e os trabalhadores tiveram conquistas importantes, como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1931) e de leis sobre a nacionalização do trabalho, a jornada de oito horas diárias, as férias anuais remuneradas e a sindicalização (GAP 1985).

De acordo com Bonduki (1998), a questão da moradia passou a ser vista como um elemento "crucial" nas condições de vida da classe operária, influenciando diretamente no seu modo de vida e formação ideológica. "Embora continuasse presente, a questão sanitária passou para o segundo plano nos debates sobre a habitação social e surgiram novos temas, condizentes com o projeto nacional-desenvolvimentista da era Vargas: primeiro a habitação vista como condição básica de reprodução da força de trabalho e, portanto, como fator econômico na estratégia de industrialização do país; segundo, a habitação como elemento na formação ideológica, política e moral do trabalhador e, portanto, decisiva na criação do 'homem novo' e do trabalhador-padrão que o regime queria forjar, como sua principal sustentação política" (Bonduki 1998:73).

O discurso de Vargas baseava-se na dualidade *arcaico-moderno* existente no país. Ele defendia que a centralização de poderes no Estado era essencial para promover o desenvolvimento e crescimento da Nação (cuja base era o trabalhador), necessários para suprimir o arcaico em função do moderno. A questão habitacional era fundamental neste discurso que caracterizava o modelo de gestão denominado por Bonduki de *central-desenvolvimentista*.

Nos anos 30, cerca de 20 a 25% do salário dos trabalhadores eram despendidos com habitação. Visando ao desenvolvimento do país, ainda que a qualquer custo, o Estado tinha como objetivo principal, neste período, viabilizar habitação digna para os trabalhadores utilizando menos recursos financeiros quanto possível. Desta forma, reduziria a porcentagem de gastos dos trabalhadores com habitação e, conseqüentemente, reduziriam-se os gastos do empresariado com os salários dos trabalhadores, permitindo então, que estes investimentos fossem direcionados ao desenvolvimento do país.

Dentro da perspectiva de redução dos 20 a 25% de gastos salariais com habitação, desenvolveram-se, à época, duas formas de produção habitacional refletidas pela dualidade arcaico-moderno: a primeira, são as autoconstruções difundidas pelas favelas e/ou loteamentos periféricos; a segunda, contrapondo as condições arcaicas da primeira em prol da modernidade, está a produção estatal. "À altura de 1930, quando da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, já existiam no país 47 Caixas de Pensões, com cerca de 140.000 segurados. Em 1933, nova orientação foi dada à política de seguro social, criando-se organizações de âmbito nacional, os Institutos de Aposentadoria e Pensão, que iriam substituir, mais tarde, muitas das Caixas" (GAP 1985:45).

Neste período, foi realizada uma série de eventos, nos quais foi de substancial importância a presença de arquitetos, organizados sobretudo no IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil. Importantes debates sobre a questão da moradia e as condições de vida dos trabalhadores visavam definir linhas de ação para amenizar a crise habitacional enfrentada no país, não apenas pela população de baixa renda, mas também pela classe média, grande formadora de opinião (Bonduki 1998).

Com a Segunda Guerra Mundial, o Brasil tomou, novamente, outro impulso na industrialização, decorrente da necessidade de suprir alguns produtos importados escassos. Paralelamente, a população seguia crescendo e se urbanizando rapidamente, "chegando a 45 milhões de habitantes em 1945, dos quais 1/3 urbanizados" (GAP 1985:53). O governo federal incrementou sua atuação na área habitacional, ajustando a ação dos IAPs, no plano federal e eliminando *mocambos* em Pernambuco e *favelas* no Distrito Federal. Neste, o governo tomou atitudes drásticas, intensificando um programa de erradicação de favelas, criando "Parques Proletários Provisórios" para transferir os favelados, visando "reeducá-los" e reintegrá-los à sociedade como "elemento útil e produtivo" (GAP 1985). As favelas cariocas e mocambos pernambucanos eram o reflexo das características arcaicas ainda existentes no país e, sob o discurso autoritário que visava o desenvolvimento a qualquer custo, deveriam ser eliminadas.

No entanto, a ação dos IAPs representava um país moderno, ou que aspirava à modernidade. Por isso, os Institutos tinham grande preocupação com a qualidade de vida proporcionada pelos novos conjuntos e, portanto, contratavam renomados arquitetos que vinham se destacando, na época, pela implantação de conceitos modernos de arquitetura no país. As casas individuais cederam lugar a uma nova orientação construtiva adotada pelos IAPs, especialmente o IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, nos anos 40: os conjuntos habitacionais. (GAP 1985).

Parte dos arquitetos que trabalhavam com habitação social adotou os pressupostos do Movimento Moderno para conceber os projetos dos conjuntos habitacionais. A busca por um desenho arquitetônico que tentava compartilhar economia, praticidade, tecnologia e estética tinha como objetivo viabilizar financeiramente a aquisição de moradia para um operário, fornecendo condições de vida mais dignas e implantando uma nova forma de morar.

Boa parte dos conjuntos produzidos no país, sob os pressupostos do Movimento Moderno, contribuiu para uma renovação das tipologias de projeto, processo construtivo, implantação urbanística, programas habitacionais e modos de morar. "Nestes verdadeiros núcleos urbanos, procurou-se criar um espaço capaz de propiciar o surgimento de um modo de vida operário, moderno, coletivo, adequado ao modelo de desenvolvimento promovido pelo Estado". (Bonduki, 1998:163). A construção destes conjuntos foi promovida pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) e posteriormente pela Fundação da Casa Popular, sendo este o primeiro órgão destinado exclusivamente à produção de habitação social no Brasil, criado em 1946. Segundo

Segawa (1998:115), “se essas instituições (e algumas outras, de abrangência regional e local, estabelecidas na época) não formularam propriamente uma política de habitação popular, elas encamparam uma série de iniciativas impregnadas de valores de uma modernidade reformista, ao sabor de alguns ideais da modernidade arquitetônica da primeira metade do século 20”.

Habitação Social e a Cidade de Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte surge dentro de um contexto internacional de grandes reformas urbanas, aberturas de avenidas, modernização, limpeza, implantação de infra-estrutura nas grandes cidades e higienização. No Brasil, esta questão ainda estava acoplada à Proclamação da República, que surgiu devido a profundas mudanças econômicas e sociais, como a abolição da escravidão (1888), o processo de industrialização e a atração exercida pelas cidades que, na medida do possível, estavam se modernizando com implantação de água canalizada, energia elétrica, transportes coletivos, entre outros.

De acordo com Salgueiro (1996:3) "Belo Horizonte, cidade planejada e construída (1894-1897) para ser a capital de Minas Gerais, é um caso para compreender a modernização urbana do Brasil. Não se trata de um evento isolado, mas inscrito no panorama internacional dos debates que ora circulam. Debates cujos temas principais são o Ecletismo, as reformas das cidades e o planejamento racional do espaço e do território, sob o signo da arte e da técnica, binômio que caracteriza o século XIX."

A Proclamação da República traz para Minas uma idéia nova, a de transferência da capital - já que Ouro Preto "não se adequava aos novos tempos" (Rosa, 1997:15) - que ia de encontro aos interesses da classe dominante e às propostas do pensamento republicano que queriam "construir um novo espaço, higiênico e grande, o que significa não colonial, limpo, varrido pela luz, visível para o controle, em suma, moderno" (Magalhães e Andrade, 1989:53).

O plano urbanístico de Belo Horizonte mostra claramente os objetivos de Aarão Reis em privilegiar a circulação e proporcionar ao Estado o controle sanitário, fiscal e do desenvolvimento urbano. Deve-se salientar que na zona suburbana, local que seria destinado à acomodação da população mais carente, praticamente não se percebe preocupação com o dimensionamento das ruas, a beleza e o conforto da cidade, o que reforça ainda mais a segregação social / espacial imposta por Aarão Reis.

Outra característica importante do projeto de Aarão Reis foi a questão da ocupação do território urbano. Os lotes da área urbana seriam distribuídos entre funcionários do Estado, os moradores de Ouro Preto e as áreas reservadas ao Estado, ficando a área suburbana e a área de atividades rurais destinadas aos ex-moradores do Arraial de Belo Horizonte e aos operários (maior parte imigrantes) que construíram a cidade de Belo Horizonte. "A legislação que regulamentava a estrutura da Comissão Construtora já estabelecia que todos os funcionários

públicos do Estado e alguns antigos proprietários de Ouro Preto teriam o direito de receber terrenos para sua moradia na futura capital, assim como os ex-proprietários do povoado original. Ainda que entendida como uma compensação do Estado às compulsórias transferências que atingiam tanto os habitantes da velha capital quanto os antigos curralenses, a distribuição espacial dos habitantes deveria responder antes de tudo à concepção prevista no plano, como mostra Julião: O zoneamento funcionava como instrumento fundamental para o controle da cidade. Fixava, previamente, os seus limites; classificava e hierarquizava seus territórios. Seu espaço deixava de ser uma dimensão fluida e indefinida e transformava-se em áreas delimitadas e imediatamente identificáveis para a gestão urbana." (Rosa, 1997:25)

Num balanço do desenvolvimento urbano da capital até 1930, pode-se perceber, de acordo com os dados estatísticos da Seção de Cadastro da Prefeitura Municipal, que ocorreu um relativo esvaziamento da zona urbana (área central) e, em contraposição, um crescimento acelerado da zona suburbana para além dos limites propostos pela Comissão Construtora e da área destinada à ocupação rural.

Já o período definido entre os anos 30 e o final da Segunda Grande Guerra, segundo Rosa (1997:51), "caracterizou-se pela crescente centralização administrativa e pelas tentativas de regulação, pelo Poder Público, do processo de evolução do espaço urbano, buscando vocacionar a cidade para a industrialização e recuperar o discurso modernizante do qual a capital se originou. A criação da Barragem da Pampulha e, posteriormente, do complexo de lazer, assim como da Cidade Industrial em Contagem, são exemplos marcantes desse processo de intervenção do Poder Público na dinâmica urbana de Belo Horizonte. Datam desses anos os primeiros planos de urbanização, num desdobramento das preocupações oficiais evidenciadas já na década de 20, quando o conhecimento físico e o diagnóstico estatístico foram projetos recorrentes das administrações nos diversos níveis, justificados pelo crescimento desordenado da cidade."

Durante a administração do prefeito Octacílio Negrão de Lima (1935-38), foi implantada a Comissão Técnica Consultiva que marcou uma forte mudança no papel do Poder Público Municipal que, a partir de então, passou a intervir significativamente na conformação dos usos e fluxos urbanos como: a criação da zona industrial do Barro Preto, do Horto Florestal e da Cidade Ozanan; a construção da represa da Pampulha, do viaduto da Floresta e do Matadouro Modelo; a canalização dos córregos Pastinho, Mata e Leitão, com a conseqüente abertura de ruas e avenidas. "A configuração da malha urbana sofreu as modificações mais importantes desde a criação da cidade, com a construção das praças Raul Soares, Hugo Werneck, Santa Tereza e Floriano Peixoto, e especialmente com o início da complementação da avenida do Contorno e dos quarteirões inconclusos da região do Barro Preto e Barroca" (Rosa, 1997:54). Podem-se destacar, como as obras mais importantes, a abertura da avenida Antonio Carlos, a construção da represa e a implantação dos equipamentos de lazer e turismo na Pampulha, projetos que incentivaram definitivamente o crescimento da cidade para a zona norte do município.

Em meados da década de 30, o engenheiro Lincoln Continentino - crítico ao traçado retilíneo de Aarão Reis e defensor de alterações e reformas dentro e fora da zona urbana da cidade de Belo Horizonte - elaborou o plano de urbanização da cidade, denominado Plano de Urbanismo da Cidade de Belo Horizonte. Embora não tenha sido efetivamente implantado, este plano se enquadrava perfeitamente dentro das tendências da época, especialmente quanto à abertura ou prolongamento de eixos viários, como as avenidas radiais e sanitárias, o zoneamento e a indução dos usos, e acabou sendo responsável pela criação da Cidade Industrial, da Cidade Jardim e do Conjunto Residencial da Lagoinha.

O Conjunto Residencial da Lagoinha

Por iniciativa do prefeito Juscelino Kubitschek, com o objetivo de solucionar o problema habitacional da cidade, foi construído pelo IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários e pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, na década de 40, o Conjunto Residencial da Lagoinha que está localizado na área suburbana do projeto do engenheiro politécnico Aarão Reis.

Situado na Avenida da Pampulha (Atual Av. Antonio Carlos) – via que interligava o centro da cidade com o complexo de lazer da Pampulha e que se constituía em um importante vetor de crescimento da cidade – o Conjunto do IAPI, segundo o discurso de Juscelino Kubitschek, deveria abrigar os antigos moradores da favela Pedreira Prado Lopes, considerada até então a maior favela da capital mineira com aproximadamente 3.000 moradores.

Segundo Guimarães apud Rosa (1997:168) "...pela primeira vez, em Belo Horizonte, o poder público chamava para si a responsabilidade de construir casas para a classe trabalhadora, introduzindo-se a concepção de conjuntos de apartamentos para a moradia das classes populares. O projeto do IAPI era ambicioso. Previa, inicialmente, a construção de onze prédios de apartamentos, áreas livres internas ajardinadas para lazer, o que na época, representava um avanço na concepção urbanística, principalmente em se tratando de construção destinada à moradia da classe trabalhadora".

O Conjunto Residencial da Lagoinha, mais conhecido pelos moradores de Belo Horizonte como Conjunto IAPI, conta, atualmente com 928 unidades habitacionais, lojas, escola pública e área de lazer

Assim como os Høfe Vienenses, o Conjunto do IAPI possui um aspecto pesado, robusto, que se assemelha a uma fortaleza. A disposição dos blocos em forma de U, cria um espaço entre os blocos que se encontra, como em uma fortaleza, protegido, cercado e restrito. Este espaço isolado e segregado de seu entorno se destina à área de lazer e à implantação dos equipamentos coletivos como escola, lojas, áreas esportivas, consultório médico e odontológico.

A implantação rigidamente simétrica proporciona um espaço fortemente organizado e ordenado, que se contrapõe às tipologias e à malha urbana tradicional limítrofes ao conjunto. A entrada principal é fortemente marcada e definida já que as demais entradas do conjunto acontecem através de passarelas para pedestres devido à grande diferença de nível do terreno. Os blocos apresentam praticamente a mesma tipologia: Cruciformes e com alturas que variam de cinco a oito pavimentos, eles são totalmente fechados, formando um pátio interno de uso coletivo iluminado por luz natural e que permite o acesso aos apartamentos através dos corredores e das escadas. Os blocos não possuem elevadores e o acesso aos pavimentos mais altos se dá através das passarelas suspensas localizadas no quinto andar que, aproveitando o desnível do terreno, têm ligação com a Rua José Bonifácio e Araribá. As fachadas são fortemente marcadas por faixas horizontais que amenizam a altura dos blocos e reforçam a idéia de um conjunto robusto, pesado e bem assentado. Alguns blocos possuem teto-jardim.

Deve-se salientar a interligação dos blocos através das passarelas suspensas e a sucessão de pátios, espaços públicos e semi-públicos que este conjunto oferece a seus usuários. Ao penetrar no interior do Conjunto do IAPI, o usuário possui uma trama labiríntica para percorrer até chegar ao seu destino final. As passarelas suspensas interligam não só os blocos e os apartamentos entre si, como também uma gama variada de espaços abertos, pátios e teto-jardins, onde se pode claramente perceber uma valorização dos espaços públicos.

Por outro lado, não se percebe uma preocupação tão minuciosa nas soluções apontadas para os apartamentos, que são sensivelmente prejudicados pela implantação dos blocos. Os apartamentos apresentam plantas mal resolvidas, que propiciaram má insolação e desperdícios de espaços.

Apesar deste projeto bem como os demais conjuntos habitacionais da arquitetura moderna não terem atingido seus objetivos na íntegra, sem dúvida alguma não se pode desconsiderar a importância da implantação do conjunto IAPI para a cidade de Belo Horizonte, ainda mais levando-se em consideração as inovações tipológicas e urbanísticas que este projeto apresentou.

De acordo com (GOMES, 1998:131) “Numa cidade rigidamente quadriculada onde ainda predominavam as residências unifamiliares, esse conjunto representou uma proposta inovadora, introduzindo um corte com relação à ‘tradição’ urbanística da cidade ao romper com o lote tradicional, eliminar a ‘rua corredor’ e redefinir os limites entre espaço público e privado. Ele contribuiu para introduzir uma nova linguagem arquitetônica e urbanística na cidade, embora a robustez de sua arquitetura e a rigidez da implantação dos seus blocos contrastassem com a sinuosidade e a leveza das novas formas arquitetônicas que naquele momento surgiam na Pampulha.”

A implantação do Conjunto Residencial da Lagoinha estava também associada à modernização, industrialização e desenvolvimento da cidade de Belo Horizonte. De acordo com Castriota (1998:127) “Que falta a Belo Horizonte para ser uma grande cidade? Esta é a pergunta

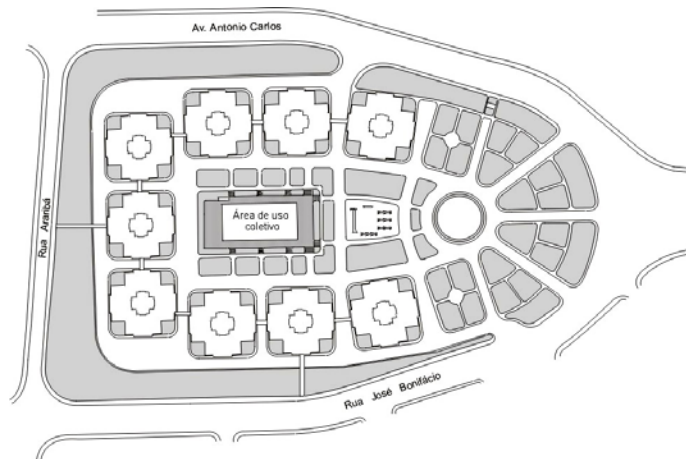
que o Correio Mineiro faz a arquitetos e engenheiros no início das anos 30. As respostas, sempre otimistas quanto ao crescimento da cidade, apontam, de um lado, a necessidade de sua industrialização e de seu crescimento populacional e, de outro, os problemas da ocupação de seu espaço. (...) seria necessário ainda oferecer à população uma ‘vida confortável’, ainda então ‘em grande atraso para o tamanho atual de Belo Horizonte’, principalmente em relação à ‘viação urbana’, ao ‘conforto’, ao ‘acabamento das edificações’ e à própria ‘vida social’, esta ‘mínima e provinciana’.” Deve-se ressaltar o fato do conjunto possuir uma gama variada de equipamentos comunitários – áreas de lazer, lojas, consultórios médicos e odontológicos - , o que instituiu um novo e moderno modo de morar para a sociedade belorizontina, principalmente em se tratando da classe operária.

O Conjunto Residencial da Lagoinha não atingiu seus objetivos na íntegra e tão pouco abrigou os moradores da Favela Pedreira Prado Lopes, até mesmo porque não era objetivo dos IAPs construir habitação para não contribuintes. Porém, vale ressaltar as inovações arquitetônicas, urbanísticas e sociais que este conjunto implantou na cidade de Belo Horizonte.



Vista aérea Conj. Residencial da Lagoinha – Belo Horizonte

Fonte: Bonduki 1998



Implantação Conjunto Residencial da Lagoinha – Belo Horizonte

Bibliografia

- AYMONINO, Carlo. *La vivienda racional: ponencias de los congresos CIAM 1929 - 1930*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp, 1998.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998
- GAP - Grupo de arquitetura e planejamento. *Habitação popular - inventário da ação governamental*. Rio de Janeiro: FINEP - Projeto, 1985.
- GIEDION, Sigfried. *Los congresos internacionales de arquitectura moderna (1929)*, in AYMONINO, Carlo. *La vivienda racional*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973
- GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras e LIMA, Fábio José Martins. *Pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte, 1895-1961*. In: LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999
- MAGALHÃES, Beatriz A. e ANDRADE, Rodrigo F. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte: UFMG, 1989
- MAY, Ernst. *La vivienda para el mínimo nível de vida (1929)*, in AYMONINO, Carlo. *La vivienda racional*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973
- PASSOS, Luiz Mauro do Carmo. *Edifícios de apartamentos Belo Horizonte, 1939-1976: formações e transformações tipológicas na arquitetura da cidade*. Belo Horizonte: AP Cultural, 1998
- ROSA, Eleonora Santa. *Panorama de Belo Horizonte: atlas histórico*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Guia da Exposição Belo Horizonte - O Nascimento de uma capital*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 1996
- SEGAWA, Hugo. *A afirmação de uma escola 1943-1960*. In: SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo, Edusp, 1998

Currículo

Formado na Universidade Federal de Juiz de Fora e mestrando na Escola de Engenharia de São Carlos – USP, na qual desenvolve o projeto, apoiado pela FAPESP, intitulado: “Produção da Habitação Social na Cidade de Belo Horizonte (1930-1964)”

Endereço

Rodrigo Otávio Santana de Jesus
Rua Viriato Fernandes Nunes, 30 apto 44B
Jardim Santa Paula
13564-070 São Carlos/SP
Tel: (016) 273-9288
pedrito@sc.usp.br